



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 62518 - PR (2019/0368947-0)

**RELATOR** : MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
**RECORRENTE** : BRINK'S SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA  
**ADVOGADOS** : ARLI PINTO DA SILVA - PR020260  
JORGE WADIIH TAHECH E OUTRO(S) - PR015823  
FRANCISCO NIEBUHR NETO - PR065848  
GABRIEL SOCIO GARCIA - PR093184  
**RECORRIDO** : ESTADO DO PARANÁ  
**PROCURADOR** : ERNESTO ALESSANDRO TAVARES E OUTRO(S) - PR029813

### DECISÃO

Cuidam os autos, originariamente, de mandado de segurança impetrado por **Brink's Segurança e Transporte de Valores Ltda.**, contra ato atribuído ao Secretário da Fazenda do Estado do Paraná, que estaria cobrando alíquotas diferenciadas do ICMS sobre as operações de energia elétrica.

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná denegou a ordem, em acórdão assim ementado (fl. 124):

TRIBUTÁRIO. CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS SOBRE ENERGIA ELÉTRICA E SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO. ART. 14, INCISO V, ALÍNEA "A", DA LEI ESTADUAL N. 11.580/1996. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA ALÍQUOTA DE VINTE E NOVE POR CENTO (29%), ANTE A VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA SELETIVIDADE E DA ESSENCIALIDADE (ART. 155, § 2º, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL). PRETENSÃO DE INCIDÊNCIA DA ALÍQUOTA GERAL DE DEZOITO POR CENTO (18%). AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INCIDENTE DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 174.723-7/01 JULGADO IMPROCEDENTE PELO ÓRGÃO ESPECIAL DESTES TRIBUNAL DE JUSTIÇA, COM CONSEQUENTE DECLARAÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 14 DA LEI ESTADUAL N. 11.580/1996. SELETIVIDADE E ESSENCIALIDADE DO PRODUTO. JUÍZO DISCRICIONÁRIO DO LEGISLADOR, CONFORME CRITÉRIOS PRÓPRIOS DA ATUAÇÃO POLÍTICA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME PELO PODER JUDICIÁRIO. TESE FIRMADA EM DECISÃO VINCULANTE. RITJ/PR, ART. 272-A. SEGURANÇA DENEGADA.

No recurso ordinário, a parte recorrente sustenta que: (i) "o legislador *infraconstitucional*, ao definir a alíquota aplicável nas operações com energia elétrica, não considera o critério da essencialidade previsto na Carta Magna como fator preponderante para

a fixação da gradação do ônus tributário, ao contrário, utiliza critério dissociado da importância social do produto ou do serviço" (fl. 155); (ii) "a referida legislação paranaense (art. 14, inciso VI, da Lei Estadual nº 11.580/96 e art. 14, inciso VI, do RICMS/PR - aprovado pelo Decreto n. 6.080/12, atualizado até o Decreto n. 4.434 de 29.06.2016) viola manifestamente o princípio da seletividade/essencialidade (art. 155, §2º, III, da CF/88), eis que determina a aplicação da maior alíquota prevista em lei para as operações de energia elétrica" (fl. 155).

Contrarrazões apresentadas pelo Estado do Paraná às fls. 176/178.

O Ministério Público Federal, em parecer da lavra da Subprocuradora-Geral da República Maria Silva de Meira de Luedemann, opina pelo desprovimento do recurso (fls. 192/197).

Instadas a se manifestarem sobre a legitimidade da autoridade apontada como coatora (fl. 199), a parte contribuinte defendeu a legitimidade do Secretário de Estado da Fazenda do Paraná (fls. 209/212), e o ente estadual apresentou a petição de fls. 201/206, postulando o desacolhimento do recurso.

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Quanto à matéria de fundo, a saber, *Alcance do art. 155, § 2º, III, da Constituição federal, que prevê a aplicação do princípio da seletividade ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS*, ressalta-se a existência de repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no **RE 714.139 RG/SC - Tema 745/STF**, cuja decisão de afetação recebeu a seguinte ementa:

*IMPOSTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS – ENERGIA ELÉTRICA – SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO – SELETIVIDADE – ALÍQUOTA VARIÁVEL – ARTIGOS 150, INCISO II, E 155, § 2º, INCISO III, DA CARTA FEDERAL – ALCANCE – RECURSO EXTRAORDINÁRIO – REPERCUSSÃO GERAL CONFIGURADA. Possui repercussão geral a controvérsia relativa à constitucionalidade de norma estadual mediante a qual foi prevista a alíquota de 25% alusiva ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços incidente no fornecimento de energia elétrica e nos serviços de telecomunicação, em patamar superior ao estabelecido para as operações em geral – 17%.*

**(RE 714.139 RG/SC, Rel. Min. MARCO AURÉLIO, julgado em 12/06/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-188 DIVULG 25-09-2014 PUBLIC 26-09-2014 )**

Em recursos versando sobre temas submetidos ao rito da repercussão geral, o STF tem determinado o retorno dos processos para os Tribunais de origem, para aguardar o julgamento do recurso extraordinário representativo da controvérsia. A propósito: **ARE 934.095 AgR-ED-ED**, Rel. Min. Edson Fachin, Primeira Turma, DJe 22/11/2016; **RE 594.695 AgR-AgR**, Rel. Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJe 25/05/2015; e **RE 543.799 AgR-ED**, Rel. Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 03/08/2015.

**EM RAZÃO DO EXPOSTO**, determino a devolução dos autos, com a respectiva baixa, ao ilustrado Tribunal de origem, onde, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, deverá ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local frente ao que decidido pela Excelsa Corte.

Publique-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Sérgio Kukina  
Relator